



## SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

## Uma abordagem feminista sobre a rede de enfrentamento à violência contra mulheres

*A feminist approach to the network to confront violence against women*

**Glaucia da Rocha**

**Tassinari<sup>1</sup>**

[orcid.org/0009-0003-9489-7049](https://orcid.org/0009-0003-9489-7049)

[glaucia.tassinari@ufsm.br](mailto:glaucia.tassinari@ufsm.br)

**Sheila Kocourek<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0001-8962-8758](https://orcid.org/0000-0001-8962-8758)

[sheilakocourek@gmail.com](mailto:sheilakocourek@gmail.com)

**Cristina Kologeski**

**Fraga<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0002-9856-2700](https://orcid.org/0000-0002-9856-2700)

[cristina.fraga@ufsm.br](mailto:cristina.fraga@ufsm.br)

**Recebido em:** 09 jan. 2024.

**Aprovado em:** 02 abr 2024.

**Publicado em:** 26 nov. 2024.

**Resumo:** A proposta deste artigo consiste em dar visibilidade aos resultados principais do estudo sobre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. A pesquisa objetivou identificar a rede para entender como ela está estruturada e contribuir com novas propostas de enfrentamento e combate de situações de violência de gênero contra as mulheres, buscando contemplar o eixo da assistência, previsto na Política de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem feminista, qualitativa, descritiva e observacional. A coleta de dados foi realizada mediante entrevista com operadoras de instituições que atendem mulheres em situação de violência. O processo de construção do conhecimento desta pesquisa é comprometido com uma metodologia feminista, que visa transformar a vida das mulheres (BARTRA, 2012). Os resultados indicam que as operadoras entrevistadas têm um entendimento e sensibilidade quanto à complexidade das violências contra mulheres e reconhecem a importância de um atendimento em rede, articulado e humanizado; contudo, têm ciência de suas fragilidades.

**Palavras-chave:** mulheres; violência; abordagem feminista; rede de enfrentamento.

**Abstract:** The purpose of this article is to give visibility to the main results of the study on the network to combat violence against women. The research aimed to identify the network to combat violence against women to understand how it is structured, of in order to contribute with new proposals for confronting and combating situations of gender-based violence against women, seeking to cover the assistance axis, provided for in the Policy for Combating Violence against Women. Methodologically, this is field research, with a feminist, qualitative, descriptive and observational approach. Data collection was carried out through interviews with operators of institutions that serve women in situations of violence. The knowledge construction process of this research is committed to a feminist methodology, which aims to transform women's lives (BARTRA, 2012). The results indicate that the operators interviewed have an understanding and sensitivity regarding the complexity of violence against women and recognize the importance of networked, articulated and humanized care, however, they are aware of its weaknesses.

**Keywords:** women; violence; feminist approach; coping network

### Introdução

A violência é um fenômeno social (MINAYO, 2006) que perpassa as questões de gênero e tem as mulheres como "vítimas preferenciais". A violência contra as mulheres<sup>3</sup> (VCM) ocorre motivada pelas expressões



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Frederico Westphalen, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

<sup>3</sup> Utilizamos o termo no plural para dar visibilidade às diversidades raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional existentes entre as mulheres, conforme previsto na Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2011).

de desigualdade baseadas na condição de sexo, com intersecções de raça, idade, classe, dentre outras, que se iniciam no âmbito privado e familiar, onde as relações de gênero vão se constituindo como relações hierárquicas (BANDEIRA, 2014). Os movimentos feministas tiveram um papel muito importante no combate à VCM, legitimando esse fenômeno como um problema político e de saúde pública e retirando-o da esfera familiar e privada (BANDEIRA, 2014). A VCM impacta negativamente a vida das mulheres que a vivenciam, por isso é fundamental que os serviços de atendimento estejam articulados em rede, de forma a viabilizar seu processo de enfrentamento, uma vez que esse enfrentamento ainda está em construção e em disputa no país (MAITO *et al.*, 2019).

Estudos de diversas áreas do conhecimento, como também de institutos de pesquisas e estatísticas (OXFAM BRASIL, 2021; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DATAFOLHA, 2019; GALVÃO, 2016) têm comprovado que a VCM é um fenômeno que vem aumentando e prejudica as mulheres cotidianamente, assim como quem se relaciona com elas, a exemplo de crianças, adolescentes e idosos (SANTOS; SANTOS, 2020). No entanto, ainda que os dados sejam alarmantes, estima-se, de forma geral, que os atos de violência são muito mais numerosos do que suas denúncias (ALEMANY, 2009), o que faz da violência de gênero contra as mulheres um grave problema que requer medidas de resolutividade oriundas do setor público (FLORES, 2019).

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e as Casas Abrigo constituíam, até 2003, as principais respostas dos entes governamentais para os casos de VCM. Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), a rede de atendimento às mulheres em situação de violência<sup>4</sup> foi redimensionada, passando a compreender diversos outros serviços especializados e não especializados como os centros de referência da mulher, defensorias da mulher, promotorias

da mulher ou núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), entre outros (BRASIL, 2011a).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM-PR estabelece que o enfrentamento às violências se faz com a implementação de políticas amplas e articuladas, que deem conta da sua complexidade em todas as suas expressões. Nesse sentido, estabelece quatro eixos estruturantes de enfrentamento: ações de prevenção, ações de combate às violências contra as mulheres, ações de assistência e ações de garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislações nacionais, a exemplo da Lei nº. 11.340/2006 Lei Maria da Penha. Assim, o enfrentamento às violências requer a ação conjunta dos diversos setores públicos como saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, pois, para ser efetivo, precisa dar conta de todas as dimensões que envolvem esse fenômeno. Dessa forma, objetiva-se a atuação articulada entre os serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, com vistas ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam a não violação dos direitos das mulheres, como também a responsabilização de seus agressores (BRASIL, 2011a). Infelizmente, em 2015, a SPM/PR perdeu seu caráter de Ministério e, conseqüentemente, parte considerável de orçamento do governo federal, agravando-se, ainda mais, com o governo federal obscurantista que tomou o executivo da nação brasileira em 2018.

Diante desse panorama, entende-se que discutir e problematizar as causas, os efeitos e as particularidades do fenômeno da VCM, em todos os ambientes em que se expressam, é de extrema importância. Nesse sentido e longe de esgotar as discussões acerca dessa temática, a proposta deste artigo é apresentar parte dos resultados

<sup>4</sup> Utilizamos o termo 'em situação de violência' e não 'vítima', pois este denota um status de paralisia, passividade e de dependência do outro para sair da situação de violência. Na condição de 'situação de violência', a mulher é sujeita que se encontra num lugar de passagem, com possibilidades de mudança. Ao mesmo tempo, atribui às instituições e à sociedade a responsabilidade de oferecer recursos para que essas mulheres possam sair da(s) situação(ões) de violência. (MIRIM, 2006).

de uma pesquisa realizada em um programa de mestrado profissional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que tinha como questão orientadora "Como está estruturada a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres em Frederico Westphalen e quais as possibilidades de articulação com a Política de Igualdade de Gênero da UFSM?". Para responder à questão, objetivou-se identificar a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres em Frederico Westphalen/RS (FW), de forma a entender como ela está estruturada e verificar as possibilidades de articulação com a Política de Igualdade de Gênero da UFSM, com o intuito de contribuir com novas propostas de enfrentamento e combate de situações de violência de gênero contra as mulheres no município, tentando contemplar um dos eixos previstos na Política de Igualdade, o da assistência.

Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo, do tipo descritiva, observacional, com abordagem feminista e qualitativa dos dados, utilizando a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada como instrumentos de coleta de dados. Para análise das informações coletadas, foi eleita a metodologia de investigação feminista (BARTRA, 2012), pois é a que permitiu às pesquisadoras um olhar crítico e diferenciado para as questões que envolvem as relações de gênero e as relações de poder, diretamente relacionadas à VCM.

Foi possível realizar o levantamento dos serviços da rede de enfrentamento e elaborar um fluxo de atendimento e encaminhamentos, o qual será apresentado neste artigo. Ademais, apreendeu-se alguns dos desafios, fragilidades e potencialidades da rede. A relevância deste estudo tem expressão não somente porque a VCM é democrática, no sentido de que alcança todas as mulheres, independentemente de classe social, faixa etária, etnia/raça, nacionalidade, como também é uma manifestação multidimensional. Nesse sentido, a rede de enfrentamento deve contemplar a sua complexidade, perpassando, assim, diversas áreas, como também pensar o enfrentamento da violência na frente preventiva por meio de ações educativas e culturais que

venham a transformar e desconstruir os padrões machistas e patriarcais de nossa sociedade.

Assim, após esta introdução, em que abordamos a temática, o problema de pesquisa, o objetivo geral e as justificativas do presente estudo, trazemos a fundamentação teórica que o embasou. Posteriormente, apresentamos a metodologia utilizada, o cenário do estudo, as participantes da pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão, as normativas éticas, a forma de coleta e de análise de informações. Em seguida, apresentamos o processo de análise dos dados realizado a partir de uma metodologia feminista, na qual busca abordar e conhecer a realidade social de forma não sexista e não centrada na visão de mundo masculina, visando a transformação da realidade das mulheres que, historicamente, foram invisibilizadas pela ciência androcêntrica (BARTRA, 2012). Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa, as considerações finais, assim como suas limitações e sugestões para futuras pesquisas.

### Gênero, Feminismos e patriarcado

Para fundamentar este estudo, corroboramos com Harding (2003) no sentido de que não existe um feminismo único, ou ainda uma forma correta de fazer análise de gênero, uma vez que, os próprios movimentos feministas e as teóricas feministas têm escancarado e comprovado a diversidade das situações e demandas das mulheres ao redor do mundo, as quais aquelas sujeitas têm se ocupado na ciência e na militância. Dessa forma, Harding defende que tanto o termo gênero, quanto a expressão *feminismo* têm significados e usos diversos, dentre os quais alguns muito controversos. No entanto, gênero deve sempre ser compreendido em uma relação mútua com raça, classe, etnia, sexualidade e outros sistemas sócio-simbólicos e estruturais.

Nessa direção, Graf (2012) afirma que acerca das diferentes posições feministas, existem dois pontos em comum entre todas elas, importantes de ressaltar. Primeiro, de que o gênero, em intersecção com outras categorias sociais como classe, raça, orientação sexual, idade, capaci-

dades limitadas, etnia, é fundamental na organização da vida social; segundo, que não basta compreender como a vida social se organiza, é necessário agir para transformar o mundo para as mulheres, e, conseqüentemente, para o restante da sociedade. Para Scott (1990), gênero é uma categoria de análise e histórica, uma vez que as relações de gênero estão ligadas a relações de poder, que hierarquizam mulheres e homens ao longo da história da humanidade.

Um outro conceito muito controverso dentro da teoria feminista é o de patriarcado (BIROLI; MIGUEL, 2014). Segundo Saffioti (2015), patriarcado é o regime da dominação- exploração exercido pelos homens sobre as mulheres e é uma forma de expressão do poder político (SAFFIOTI, 2015). Nessa linha, Segatto (2018) refere que a história dos homens e das mulheres, apesar de entrelaçadas, são diferentes. Ela afirma que a das mulheres foi menos burocrática, e que a história da burocracia é a história do patriarcado, do Estado. Ela também defende que o DNA do Estado é patriarcal e, juntamente ao capitalismo e o racismo, são utilizados para oprimir mulheres, em especial. Por isso, por tanto tempo, as trajetórias das mulheres estiveram invisibilizadas.

O conhecimento de nossa trajetória permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado, além de empoderar a categoria mulheres, e não apenas mulheres. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado (SAFFIOTI, 2015).

Assim, para analisarmos a sociedade em que vivemos, é importante nomear de quais relações de gênero falamos. No caso, relações patriarcais de gênero que dizem respeito às relações hierarquizantes de opressão e exploração entre os sexos, as quais estão ainda fortemente presentes na sociedade; daí a importância de considerarmos o patriarcado quando refletimos criticamente sobre as relações de gênero.

Muitas são as pautas, resultado de anos de opressão, e muitos são os momentos marcantes de luta coletiva pelos mais diversos direitos das

mulheres. Assim, a partir da década de 1980, as discussões teóricas sobre gênero têm se enriquecido e definido uma ampla agenda em nível internacional (BIROLI; MIGUEL, 2014). Conforme Biroli (2018, p. 9), a análise das relações de gênero nas décadas recentes tem proporcionado intensas transformações na produção de conhecimento tanto quanto nas experiências cotidianas das pessoas, resultando em "reconfigurações que abrangem da sexualidade às relações de trabalho, da vivência do que é percebido como íntimo e pessoal aos padrões de participação na esfera pública."

Dessa forma, os avanços das discussões e estudos sobre gênero na academia e nos movimentos feministas têm sido fundamentais para analisar e problematizar as relações desiguais de poder entre homens e mulheres na sociedade e que penalizam majoritariamente as mulheres. Essas desigualdades se expressam diversas formas como, por exemplo, acesso desigual à educação, falta de equidade no mercado de trabalho, falta de proteções legais e de autonomia sobre os próprios corpos, pouca representatividade nos espaços de decisões e de poder e, ainda, a perpetração dos mais diversos tipos de violência interpessoal contra as mulheres (OXFAM, 2021).

Os estudos de gênero realizados pelas teóricas feministas têm se mostrado muito relevantes para o entendimento da dominação masculina nas sociedades contemporâneas, uma vez que oportunizam reflexões, questionamentos e complexificações acerca das noções de indivíduo, de autonomia, de justiça, de espaço público, de igualdade e de democracia (BIROLI; MIGUEL, 2014). Nesse sentido, é inquestionável a importância da teoria feminista, que "é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise" (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 17). Assim, as várias vertentes do feminismo, enquanto correntes intelectuais, possibilitam analisar as causas e as formas de reprodução da dominação masculina, conceitos estigmatizadores e misóginos das diversas áreas do saber, que ainda se perpetuam e inviabilizam

a inserção das mulheres nos diversos âmbitos dos espaços públicos.

A obra intitulada "Gênero, patriarcado, violência", de autoria da feminista marxista Heleieth Saffioti tem como tema central a violência contra as mulheres. O referido livro aborda temas excepcionalmente pertinentes para analisarmos e refletirmos sobre a violência. O debate do patriarcado é um elemento central que nos possibilita uma análise dos fundamentos desse fenômeno, a partir do nó tratado pela autora entre capitalismo-racismo-patriarcado. Ainda na parte introdutória dessa obra, Saffioti destaca a importância de um debate feminista articulado a um projeto de transformação da sociedade.

Ela, ainda, discorre sobre gênero, raça/etnia e poder articulando as diferentes categorias, a exemplo da frase que evidencia a essência dessa análise: "[...] o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual" (SAFFIOTI, 2015, p. 33). Essa assertiva nos alude a um caminho de análise que articula as diferentes categorias que, ao serem analisadas em relação, possibilita-nos apreender a totalidade que envolve as relações sociais entre homens e mulheres e, para além disso, permite-nos visualizar os elementos que estruturam nossa sociedade. Em suma, esse livro é uma valiosa contribuição para os estudos feministas que se propõem a desvendar a lógica e a base material dos processos de dominação-exploração sobre as mulheres. O debate de violência e patriarcado realizado por Saffioti continua atual e necessário para compreensão da base estrutural do capitalismo no Brasil e, por isso, também nos inspira e se constitui em uma das referências centrais deste artigo.

## Metodologia

A fim de responder à questão orientadora do estudo e atender a seus objetivos, foi realizada uma pesquisa de campo do tipo descritiva, observacional, com abordagem feminista e qualitativa dos dados, utilizando a investigação documental e a entrevista semiestruturada (GIL, 2002) como

instrumentos de coleta de dados. Para a análise das informações, foi eleita a metodologia de investigação feminista, que permitiu às pesquisadoras um olhar crítico e diferenciado às questões que envolvem as relações de gênero e de poder, diretamente relacionadas à violência contra as mulheres.

A pesquisa foi executada no ano de 2023, em Frederico Westphalen (FW), município localizado na região do Médio Alto Uruguai, mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul, distante 430 Km da capital riograndense. Salienta-se que em FW, há um campi da UFSM. Para a definição dos serviços em que seriam realizadas as entrevistas, buscou-se subsídio nos documentos do governo federal "Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres" (BRASIL, 2011a) e a Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2011). Foi feito um levantamento das instituições do município que fazem parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, a partir de uma busca ativa no Google, concomitante com a pesquisa documental, para identificar as legislações que regulamentam esses serviços.

Após esse levantamento, foi encaminhado por e-mail o convite formal com a autorização institucional para assinatura e das/os responsáveis pelas instituições. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado<sup>5</sup> pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSM e foi dado início às entrevistas, mediante assinatura dos Termos de Compromisso Livre e Esclarecidos (TCLE).

Doze (12) entrevistas foram realizadas, onze (11) de forma presencial, nos serviços do município, para identificar e descrever as ações de articulação socioassistenciais entre as instituições e os encaminhamentos dados às mulheres em situação de violência. O critério de participação no estudo era não estar em qualquer tipo de afastamento no período destinado à coleta de dados. Foi realizada uma entrevista de forma *on-line*, via Google Meet, com a servidora do

<sup>5</sup> Aprovação do projeto de pesquisa sob o número CAAE 65875022.0.0000.5346.

Espaço Multiprofissional Casa Verônica da UFSM, com o intuito de verificar quais as possibilidades de articulação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres de FW com a Política de Igualdade de Gênero da UFSM.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram individualmente, com cada entrevistada/o, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. As e o participantes da pesquisa foram codificadas/os por meio das letras do alfabeto com, pelo menos, um/a operador/a das seguintes instituições de atendimento da rede, a saber:

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – duas entrevistas.
- Delegacia de Polícia Civil – uma entrevista.
- Defensoria Pública Estadual do RS (FW) duas entrevistas.
- Unidade de Pronto Atendimento (UPA) uma entrevista
- Centro de Práticas Psicossociais da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/FW) duas entrevistas
- Brigada Militar (Patrulha Maria da Penha) uma entrevista.
- Procuradoria Especial da Mulher, vinculada à Câmara de Vereadores uma entrevista.
- Representante da Comissão da Mulher Advogada, vinculada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) uma entrevista.
- Administradora do espaço multiprofissional Casa Verônica da UFSM, vinculada ao Observatório de Direitos Humanos uma entrevista, para compreender as atividades que serão realizadas no espaço às mulheres em situação de violência.

No processo de análise dos dados, como dissemos, utilizamos a abordagem metodológica feminista, a qual, segundo Bartra (2012), é um método que busca abordar e conhecer a realidade social de forma não sexista e não centrada

no sexo masculino, visando à transformação da realidade das mulheres que, historicamente, foram invisibilizadas pela ciência androcêntrica. A investigação feminista tem o compromisso de transformar e melhorar a condição das mulheres, sendo uma metodologia própria para conhecer sua realidade. Essa metodologia explicita a relação entre ciência e política e enxerga a realidade a partir do ponto de vista feminista, ou seja, parte de conceitos e categorias como "patriarcado, gênero, relações de gênero, trabalho doméstico invisível, opressão e exploração das mulheres, modo de produção patriarcal, discriminação sexual, sistema sexo/gênero, mulher e mulheres e empoderamento" (BARTRA, 2012, p. 69).

O ponto de vista feminista, conforme Everardo (2012), reconhece que, ao longo da história, foram-se construindo, socialmente, ideias e representações sobre coisas que são próprias para os homens e coisas que são próprias para as mulheres, ou seja, a distinção dos papéis de gênero, resultando em uma participação desigual e hierárquica dentro das instituições sociais, políticas e econômicas. Essas crenças e ideias generificadas perpassam as instâncias sociais e produtoras de conhecimento e instituições sociais que divulgam a cultura, as normas e os valores assim estabelecidos.

Para Bartra (2012), no processo da observação, uma investigadora feminista não olha para a realidade da mesma maneira que uma pessoa insensível às questões de gênero, uma vez que o interesse daquela é compreender o papel das mulheres no processo, no contexto. Da mesma forma, na fase da sistematização, na ordenação dos resultados e sua integração ao conhecimento já produzido, a investigação feminista questiona a ciência já existente, em função de imperar o ponto de vista androcêntrico. Na fase expositiva dos resultados, o objetivo não se separa do subjetivo e do pessoal, uma vez que o discurso pode ser claro, simples, direto, pessoal e objetivo ao mesmo tempo (BARTRA, 2012). Nessa fase, o ponto de vista feminista representa uma ruptura aos cânones tradicionais.

Em suma, a metodologia de investigação fe-

ministra foi escolhida para analisar os dados coletados, pois é a que nos permitiu ter um olhar diferenciado para as questões que envolvem as relações de gênero, as relações de poder, diretamente relacionadas à violência contra as mulheres. O ponto de vista feminista é diferente porque busca investigar os problemas que têm a ver com a subordinação das mulheres e objetiva resolvê-los e transformar a realidade dessas sujeitas.

### Análise dos resultados

As mulheres brancas, escolarizadas e com vasta experiência na sua área de atuação formaram a maioria entrevistada, dando origem a esse artigo. Concernente ao gênero, das 12 pessoas entrevistadas, onze declararam-se do gênero feminino e uma do masculino. No que tange à raça/etnia, dez pessoas se autodeclararam brancas e duas, pardas, ou seja, não houve representatividade de etnia/raça. Com relação à idade, nove entrevistadas têm entre 30 e 40 anos, duas entre 40 e 50 e uma ou um tem mais de 50 anos. Quanto à formação acadêmica, cinco entrevistadas atuam na área do Direito, três na Psicologia, e uma/um entrevistada/o em cada uma das áreas a seguir: Serviço Social, Enfermagem, Administração e Gestão Ambiental. Das 12 entrevistadas, sete mencionaram terem pós-graduação. Acerca do tempo de formação, sete técnicas estão formadas há pelo menos dez anos, três há quase 20 anos e duas há mais de 20 anos. A carga horária semanal de trabalho das técnicas varia entre 30 e 44 horas. Sobre o tempo de atuação no serviço, 11 atuam há menos de dez anos e uma está no serviço há mais de 20 anos.

O fato de as mulheres brancas constituírem a maioria trabalhadora nos órgãos citados, poderia ser explicado, à primeira vista, pelo tipo de colonização do município e da região, que se deu pelas etnias alemã, italiana e polonesa (RIO GRANDE DO SUL, s. d). Porém, o município se localiza numa região com várias áreas indígenas, a exemplo do território Kaingang de Rio dos Índios, em Vicente Dutra, da Terra Indígena Kaingang, em Irai, e também de terras e populações indígenas

nos municípios de Nonoai e Planalto (IBGE, 2010).

Entendemos isso como um reflexo do racismo estrutural e institucional da nossa sociedade. Segundo Almeida (2019), a branquitude, enquanto grupo de pessoas com privilégios, ocupa os melhores empregos, os mais altos cargos decisórios e de poder. Conforme Almeida (2019, p. 40):

detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem "normal" e "natural" o seu domínio. No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos.

Compreender o conceito de racismo institucional é importante para ir além da ação individual e entender que as relações raciais, assim como as de gênero, constituem-se como relações de poder de determinados grupos sobre outros, e que essas relações se dão também nos aparatos institucionais, que reproduzem condições para estabelecer e manter a ordem social que visam resguardar. Isso significa dizer que "As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista" (ALMEIDA, 2019, p. 47).

Podemos acrescentar, ainda, o entendimento de Kilomba (2019) acerca do racismo estrutural e institucional. A autora refere que o racismo estrutural se expressa com a exclusão das pessoas



negras e de cor da maior parte das estruturas políticas e sociais dominantes, que operam de maneira a privilegiar os sujeitos brancos. O racismo institucional, por sua vez,

ênfatisa que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os *sujeitos brancos* em clara vantagem em relação a outros grupos racializados. (KILOMBA, 2019, p. 77).

Uma pesquisa realizada pelo Atlas do Estado Brasileiro (IPEA, 2020), apontou que, apesar de mais de 55,70% da população brasileira ser composta por pretas/os e pardas/os, apenas 37,06% dos vínculos do Executivo Federal, nível em que se concentram os maiores graus de responsabilidade e maiores remunerações, são ocupados por pessoas negras. Além disso, nos cargos de Direção e Assessoramento mais elevados, apenas 1,25% são ocupados por mulheres negras (REPÚBLICA.ORG, 2023).

Ainda, dados levantados pela República.org, de 2021, apontaram que as mulheres predominam nos serviços públicos dos municípios e dos estados e também nos poderes Executivo e Judiciário dos três níveis federativos. Já os homens são maioria no governo federal e no Poder Legislativo.

Em Frederico Westphalen, no poder executivo municipal, existem 11 Secretarias e, dessas, cinco são ocupadas por mulheres: Secretaria de Administração, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência Social e Habitação. No que tange ao poder legislativo municipal, dos 11 parlamentares, apenas uma é mulher. Apesar de ser, de certa forma, inovador uma secretaria de Fazenda ser ocupada por uma mulher, o município segue a lógica de delegar às mulheres os cargos considerados tipicamente femininos, que remetem ao cuidado de pessoas. Ocorre uma distribuição de tarefas por gênero, que vincula às mulheres a um certo tipo de vocação natural para o cuidado, um cuidado feito por amor ao

ato de cuidar. Geralmente, as carreiras nessas áreas são mais mal remuneradas que as carreiras consideradas masculinas, como as ligadas às finanças e tecnologia (REPÚBLICA.ORG, 2023). Isso se evidencia na fala de uma das entrevistadas:

O cuidado é todo atribuído à mulher. À neta, à filha, não interessa como, e pior é se tu és pobre. Daí tu és o escárnio da família. Então, tu cuidas porque nós vamos te dar um pedaço daquela aposentadoria do avô, ou da vó... Então, [...] a gente vê o sofrimento das pessoas que vêm aqui, as mulheres, principalmente a mulher que não tem o ganho dela. Então, elas se sujeitam a cuidar dos velhos, para que ela possa comer, sobreviver e ter onde morar, é brincadeira...[...]. Eu tive que dizer um dia para o meu chefe: 'Não, não sou sacerdote, eu trabalho e quero ganhar bem. [...] todos os profissionais das profissões, profissionais mulheres, são mais mal pagas, a não ser que seja público, nacional mesmo. (E-H).

Não podemos perder de vista que, quando falamos em mulheres, estamos tratando de identidades diversas, atravessadas por diferentes marcadores sociais. Estamos abordando mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, bissexuais, trans, com deficiência, jovens, idosas, adolescentes, meninas, mulheres do campo, de diferentes estados brasileiros, de diversas nacionalidades e religiões. Nesse sentido, os apontamentos de Carneiro (2003, p. 119) devem ser um guia no nosso cotidiano, seja enquanto feministas, seja enquanto operadoras de serviços que atendem mulheres em situação de violência.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular.

O que a autora nos diz é que o coletivo *mulheres* apresenta demandas específicas que devem ser apreendidas para além da questão de gênero, pois a identidade de cada mulher não pode se abster de nenhuma de suas marcações sociais, mesmo que nem todas estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2019).

Considerando que elegemos a metodologia feminista para este estudo, entendemos que



pensar a forma como a linguagem é utilizada na nossa sociedade é também uma maneira de questionar onde as mulheres estão. Utilizar o masculino como genérico ou neutro não nos representa, muito pelo contrário, exclui-nos, invisibiliza-nos. Para que as mulheres estejam representadas, é preciso nomeá-las. O que não se nomeia, não existe (KILOMBA, 2019). Nesse sentido, visando a utilização de uma linguagem inclusiva que busque expressar a realidade de forma mais equitativa, tentando eliminar o sexismo, a alternativa seria a utilização de genéricos, de palavras neutras e de conjugações verbais e opções que nos permitam "falar e levar em conta a realidade e a equidade para uma sociedade respeitosa dos direitos que as pessoas demandam" (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 47).

Porém, tendo em vista que neste estudo a maior parte das pessoas entrevistadas se auto-declarou mulher, a partir de agora, utilizaremos as palavras flexionadas somente no feminino. Feminizar a língua neste trabalho é uma escolha política e baseia-se no fato de que em nosso país, as mulheres são a maioria da população, conforme demonstram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). Nesse sentido, não há porque manter o masculino como sendo universal, sendo que apenas uma pessoa entrevistada foi do gênero masculino e, continuar corroborando com a invisibilização e silenciamento das mulheres e de suas histórias.

Conforme Kilomba (2019), a língua portuguesa carrega a herança colonial e patriarcal em suas terminologias:

a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*. (KILOMBA, 2019, p. 14).

Neste trabalho, estamos tratando de mulheres, sobre mulheres, que estiveram invisibilizadas na

construção da história da humanidade, no tempo e nos espaços. Mulheres em todas as suas expressões, pois a categoria mulher não é uma categoria homogênea, experiencia o ser mulher de variadas formas, conforme os contextos em que estão inseridas, os marcadores sociais a que estão submetidas.

De acordo com o Manual para o uso não sexista da linguagem (RIO GRANDE DO SUL, 2014), a linguagem é uma das formas de socialização de gênero mais importantes, uma vez que a língua tem um grande valor simbólico e molda nossos pensamentos, percepções e ações e, por meio dela, aprendemos a nomear o mundo que nos rodeia, conforme os valores dominantes de determinada sociedade e época.

É que a língua, ao ser o reflexo da sociedade que a utiliza, transmite a ideologia imperante nela, pois reflete e reforça as desigualdades derivadas das discriminações exercidas contra as mulheres por meio do androcentrismo e do sexismo.

Segundo Teresa Meana, "o androcentrismo é o enfoque nas pesquisas e estudos de uma única perspectiva: a do sexo masculino". Supõe, segundo esta autora, "considerar os homens como o centro e a medida de todas as coisas. Os homens são considerados, assim, os sujeitos de referência e as mulheres seres dependentes e subordinados a eles". Esse androcentrismo se manifesta graças à desigualdade na ordem das palavras, no conteúdo semântico de certos vocábulos ou no uso do masculino como genérico para ambos os sexos. (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 24)

Diante disso, devemos, enquanto mulheres e feministas, fazer resistência a formas androcêntricas e sexistas nas ciências e em todos os espaços que ocupamos. A linguagem, como nos diz Kilomba (2019), tem uma dimensão política e expressa ideologias, autorizações, hierarquias. Por isso, devemos buscar desconstruir formas sexistas, uma vez que só nomeamos aquilo que existe e, por muito tempo, ao utilizarmos uma linguagem androcêntrica e sexista, as mulheres não existiram e foram discriminadas. Assim, nomeando as mulheres, estaremos tornando-as visíveis, (re)existentes, protagonistas de suas vidas e de suas histórias. A língua por ser uma construção social e histórica pode ser modificada de forma a incluir as mulheres, nas suas mais di-

versas expressões. Transformar a língua é um ato político necessário. Corroborando as palavras de Saffioti (2015, p. 51) "Como a língua é um fenômeno social, e, portanto, sujeito permanentemente a mudanças, é interessante criar novas palavras, que expurguem o sexismo."

A partir do trabalho de campo foi possível identificar que a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no município de FW está estruturada com os seguintes serviços: Brigada Militar, Delegacia de Polícia Civil, Unidade de Pronto Atendimento ou Hospital Divina Providência (serviço de saúde de urgência e emergência), Judiciário, Defensoria Pública, Centro de Práticas Psicossociais da URI/FW, CREAS, Patrulha Maria da Penha (Brigada Militar). Outros serviços como CRAS, CAPS, Conselho Tutelar, Ministério Público, Unidades Básicas de Saúde foram citados em algumas entrevistas, demonstrando a importância da transversalidade entre os serviços e as políticas, atendendo o disposto na Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres do Governo Federal (BRASIL, 2011).

A porta de entrada da rede, nas situações de emergência, é a Brigada Militar, por meio dos números de telefone 190 ou (55) 3744 3744. Quando ocorre a violência, a mulher aciona esses números e a guarnição que estiver de plantão prestará o primeiro atendimento e a encaminhará à Delegacia de Polícia Civil para que seja lavrado o Boletim de Ocorrência (BO), no qual deverá constar a solicitação das Medidas Protetivas de Urgência (MPU). Ela, então, será encaminhada a um serviço de saúde de urgência e emergência, que pode ser o Pronto Socorro do Hospital Divina Providência (HDP) ou a Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Cabe destacar que em FW há um Posto Médico Legal, que atende a 32 municípios da região, mas que, desde 2019, não possui médico legista (VARGAS, 2022), ou seja, está sem funcionamento. No registro do BO, a mulher pode solicitar as MPU, que são encaminhadas para a juíza no prazo de 48 horas, conforme previsto na Lei Maria da Penha. Em seu despacho, a juíza ou o juiz deferirá ou não as MPU e encaminhará, tanto a mulher quanto o agressor, para atendimento psicossocial ou psicológico, o qual será realizado no CREAS ou no CPP. A Lei Maria da Penha prevê, em seu artigo 22, inciso VI, o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e, no inciso VII, o acompanhamento psicossocial do mesmo<sup>6</sup>, por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio.

Quando ocorre o registro policial de violência doméstica, este é encaminhado para o Judiciário, e uma intimação é direcionada para a Defensoria Pública, a qual atuará, automaticamente, no processo de todas as mulheres que sofreram violência. Conforme a Lei Maria da Penha, artigo 28, "É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado (BRASIL, 2006)."

A Patrulha Maria da Penha, por sua vez, fará o acompanhamento das mulheres que tenham medida protetiva, a fim de fiscalizar o cumprimento da mesma pelo agressor. A Figura 1 mostra o fluxo de atendimento às mulheres que sofrem violência, ou ainda, os possíveis caminhos percorridos por elas. As setas cheias indicam os caminhos previstos na (LMP): Brigada Militar, Polícia Civil,

<sup>6</sup> O município de Frederico Westphalen conta com a Lei Municipal nº. 4.929, de 14 de dezembro de 2021, que institui o Programa "Responsabilidade e Afeto" e dispõe sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens, e dá outras providências. Os objetivos principais do Programa são a conscientização dos autores de violência, bem como a prevenção, enfrentamento e redução dos casos de reincidência de violência doméstica contra as mulheres. O programa se efetivará com uma parceria entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e as instituições de ensino de Frederico Westphalen. De acordo com o que está previsto na Lei, esse programa será realizado por meio de: I - Trabalho psicossocial de reflexão e reeducação promovido por profissionais habilitadas/os para desempenhar esse papel ou sob a sua supervisão; II - Palestras expositivas ministradas por convidadas/os com notório conhecimento sobre os temas abordados; III - Discussão em grupos reflexivos sobre o tema palestrado; VI - Orientação e assistência social. E tem como diretrizes: I - A conscientização e responsabilização dos autores de violência, tendo como parâmetro a Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006; II - A transformação e o rompimento com a cultura de violência contra as mulheres, em todas as suas formas e intensidades de manifestação; III - A desconstrução da cultura patriarcal e machista; IV - O combate à violência contra as mulheres, com ênfase na violência doméstica; V - A possibilidade de participação do Ministério Público e do Poder Judiciário no encaminhamento dos autores de violência. No momento, o Programa ainda não está em funcionamento.

Serviço de Saúde, Defensoria Pública, Judiciário e Atendimento Psicossocial.

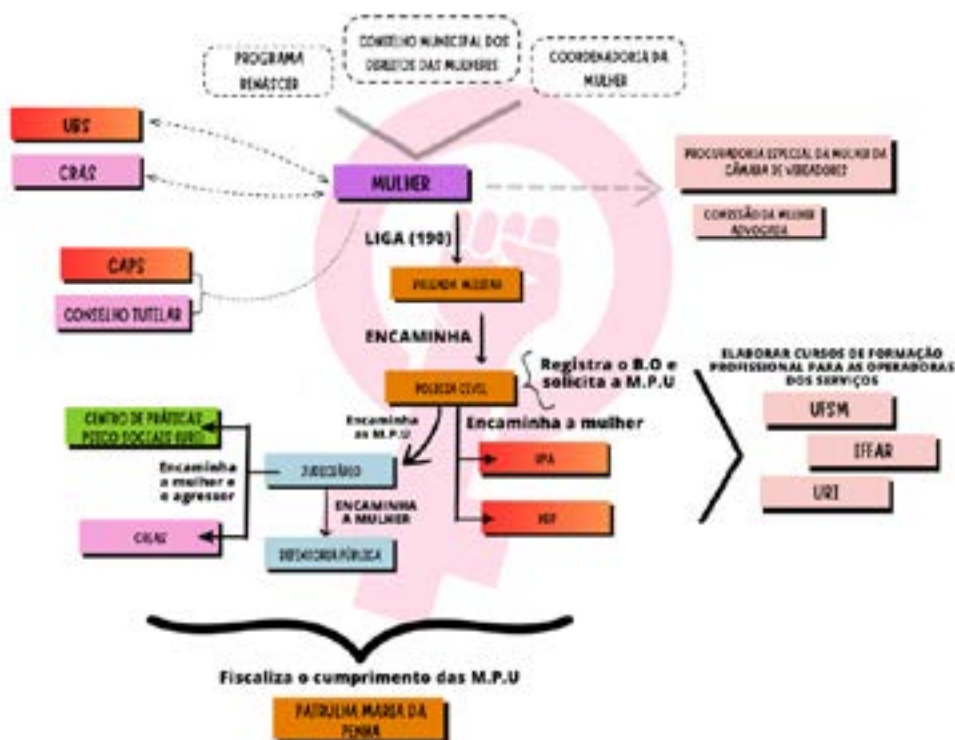
As mulheres podem, muitas vezes, buscar orientação e atendimento em outros serviços, ou não seguir essa ordem de atendimento. Elas podem procurar o CRAS e as UBS ou fazer busca ativa, por meio do Programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF) ou do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O CAPS, por sua vez, é um serviço de saúde mental formado por uma equipe multiprofissional que também pode identificar alguma situação de violência entre as suas usuárias e realizar os devidos encaminhamentos. O Conselho Tutelar, ao atender crianças e adolescentes, também pode realizar os direcionamentos necessários. A Comissão da Mulher Advogada e a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara de Vereadores são outros órgãos procurados pelas mulheres para denúncias. Além disso, essas instituições compõem a rede de enfrentamento, especialmente no que diz respeito ao eixo de prevenção. As instituições de ensino superior UFSM, Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e URI podem atuar na prevenção, no sentido de elaborar formação profissional para

operadoras/es da rede de atendimento.

O Programa Renascer, o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e a Coordenadoria da Mulher são entes criados e aprovados por leis municipais em 2023, mas ainda não foram implementados. Por meio desse fluxo, evidencia-se que em FW não há serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, demonstrando que a cultura machista e patriarcal permanece nas estruturas do Estado, não tendo como centralidade as questões relativas às vidas das mulheres. Há uma lei recentemente aprovada para reativação do Conselho Municipal de direitos das mulheres, criado em 2013, o qual teve atuação insignificante. Foi aprovada a lei que cria o Programa Renascer, que dispõe de um serviço de atendimento às mulheres em situação de violência, porém, não há profissionais para compor a equipe de atendimento. Até o momento, não houve movimentação alguma de implementação e efetivação do que está previsto nas leis.

A figura abaixo corresponde a um possível fluxo de atendimento que as mulheres em situação de violência podem percorrer:

**Figura 1 -** Possível fluxo de encaminhamentos



**Fonte:** elaborado por Ellen Rilary da Rocha Tassinari, 2023.

Quanto às potencialidades dessa rede, evidenciou-se, por meio das entrevistas, que as operadoras dos serviços demonstram ter um entendimento e sensibilidade quanto à complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres e da importância de um atendimento em rede, articulado e humanizado. Além disso, identificam os serviços que fazem parte da rede, e, de certa forma, conhecem a atribuição de cada um, ou seja, os objetivos são comuns, os olhares são para as mesmas direções: enfrentar e combater a violência contra as mulheres, nos quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres.

Os desafios que interferem no funcionamento da rede percebidos com a investigação se referem à dificuldade de estabelecer um fluxo de atendimento, que ocorre por não haver uma comunicação efetiva entre todos os serviços. Há uma fragmentação nessa comunicação, pois alguns serviços se comunicam mais entre si do que outros. A implantação de uma coordenadoria que pudesse pegar para si essa atribuição de administrar a organização e criação de grupos de trabalho para se construir coletivamente esse fluxo, seria uma forma de resolver essa situação.

Dentre as fragilidades da rede que foram apontadas pelas entrevistadas, destacam-se: equipes reduzidas, escassez de profissionais psicólogas no serviço de saúde do município, falta de articulação entre alguns serviços, desinteresse da gestão municipal quanto à melhoria das equipes, inexistência de um serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência, necessidade de implantação de uma casa de passagem, de uma Delegacia Especializada da Mulher, de uma Sala das Margaridas, falta de reuniões periódicas entre os serviços.

Ainda foi apontada, pelas operadoras, a falta de um programa de formação profissional continuada, tendo em vista que, para um atendimento humanizado, acolhedor e efetivo, é essencial que as servidoras estejam munidas de ferramentas e estratégias adequadas para o trabalho, que vão desde a apropriação da bagagem teórica acumulada de cada uma das áreas das profis-

sionais, do código de ética de cada profissão, do conhecimento das legislações e normativas, as quais vão se alterando conforme as demandas sociais e políticas, até o conhecimento da realidade dessas mulheres que buscam os serviços.

Nessa perspectiva, será viável que profissionais realizem a interpretação da realidade para se pensar estratégias de intervenção (IAMAMOTO, 1999) de forma articulada e em rede, objetivando uma maior efetividade. Faleiros (2010) aponta que toda a construção de um objeto profissional precisa considerar os debates e os projetos de sociedade. Para ele, o objeto profissional se constitui no processo de articulação do poder das/os sujeitas/os, no enfrentamento das questões relacionais complexas que devem ser captadas e entendidas em cada espaço profissional ocupado e em cada especificidade institucional. Assim, essas intervenções exigem dinâmicas, recursos, organização e informação e vão construindo e desconstruindo a identidade profissional nas condições históricas. Isso posto, reitera-se a importância de um plano de formação continuada às profissionais que atendem as mulheres em situação de violência, como também as gestoras e os gestores das políticas.

Sobre as possibilidades de articulação da CV com a rede do município, tanto ela quanto a UFSM pode se articular a essa rede para oportunizar capacitação e formação continuada às operadoras. A UFSM conta com uma diversidade de cursos, de projetos de extensão e de profissionais sejam docentes, sejam técnicas administrativas com formação para pensar a qualificação das operadoras dos serviços para atender as especificidades e particularidades de cada instituição e transversalizar as questões de gênero. A formação continuada é uma forma de instrumentalizar as profissionais para o atendimento dessas situações de violências.

Quanto aos pontos positivos da rede, as entrevistadas apontaram a boa relação entre as profissionais de alguns serviços, especialmente entre CREAS, CRAS, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário. Mencionaram, igualmente, o comprometimento das profissionais

que compõem a rede de atendimento.

Fica o desafio de se efetivar o Plano de Políticas municipais para as mulheres, reativar o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, a Coordenadoria da Mulher e o Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres, previstos na Lei Municipal n° 5.106, aprovada em 2024, como forma de facilitar o trabalho em rede e de a Coordenadoria da Mulher ser o órgão propulsor desse funcionamento.

Foi perceptível em todas as entrevistas a sensibilidade quanto à complexidade da temática da violência, a empatia com relação às mulheres que sofrem violência, especialmente aquelas que vivenciam repetidamente o ciclo da violência e, também, o compromisso com o cargo ocupado. A entrevistada E-E refere que se identifica com o espaço ocupacional, com o trabalho realizado, reconhece que é um trabalho difícil, sensível, complexo:

Eu gosto. Não é todos os profissionais que gostam porque a gente lida com situações assim muito difíceis. E aí você tem que ter um emocional muito bom de você separar aquela história de vida que está acontecendo ali na frente, assim como as questões pessoais, os seus sentimentos que acabam te movendo. Nesse sentido, não me imagino trabalhando em outro setor, mesmo que tenha feito saúde mental, [...] não é uma coisa que gosto, embora aqui, a gente também lida com algumas situações de doença mental, também, enfim, mas é algo que me identifico e pretendo ficar aqui até me aposentar. (E-E).

Por meio dos instrumentos de coleta de dados utilizados neste estudo, foi possível inferir que, apesar de termos uma configuração que reforça e mantém privilégios brancos e cis- heteronormativos, as operadoras têm consciência da importância de um olhar humanizado para as mulheres em situação de violência, que busque contemplar suas diferentes demandas. Compreendem, também, que é imprescindível uma formação continuada para se apropriarem das temáticas que envolvem as diversidades vivenciadas pelas mulheres. Isso porque, ao entendermos que o heteropatriarcado anda de mãos dadas com o racismo e com o capitalismo para violentar mulheres, será possível buscar subsídios para

enfrentarmos com mais efetividade e criticidade as situações de violência contra mulheres que se colocam à nossa frente.

## 5 Considerações Finais

Ao finalizarmos este texto, destacamos que, no processo de análise dos dados da pesquisa, buscamos apreender das falas das entrevistadas as categorias que as pesquisadoras e teóricas feministas têm abordado e denunciado em seus estudos: expressões da cultura patriarcal, desigualdade de gênero, de opressão e exploração das mulheres e possibilidades de transformação dessa realidade de invisibilidade e opressão. Fazemos questão de deixar registrada a nossa satisfação em realizar esse trabalho de troca com as entrevistadas, pois além de um momento que nos proporcionou aprendizado, foi também de acolhida recíproca. Em cada pergunta feita, muitas entrevistadas choraram, sendo perceptível a emoção e sensibilidade dessas trabalhadoras. Percebemos muita entrega, sinceridade e angústia. Não é demais elencar, além das angústias das trabalhadoras, a frustração com aqueles casos em que o ciclo da violência se repete. Durante todo o processo, as operadoras se mostraram muito prestativas e, principalmente, envolvidas, sensíveis com essa temática tão complexa e cara. Foi possível perceber preocupação e envolvimento com o trabalho realizado, como também empatia diante de tantas situações de violência contra as mulheres.

As violências contra as mulheres, como já reiterado pelas diversas autoras e teóricas, é um tema complexo, delicado, relacionado a relações desiguais de poder, que envolve diversas áreas do conhecimento e o comprometimento de toda a sociedade. A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres foi uma conquista dos diversos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas e representa a consolidação das políticas públicas voltadas para essas sujeitas. Não obstante, para que sejam efetivas, as diversas políticas públicas devem ser transversalizadas pelas questões de gênero, raça e etnia, classe social e contar com o comprometimento de suas

gestoras e gestores e dotação orçamentária suficiente para serem implementadas; e, da mesma forma, contar com a sociedade civil.

Como sugestões para os próximos estudos, ficam os apontamentos das operadoras, referentes a formas de viabilização de ações para melhorar a conexão entre a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no município: criação de um fórum de discussões sobre essas questões no município; criação de grupos de trabalho para elaboração de um fluxo de atendimento; criação de um grupo de trabalho para elaboração de uma política de formação continuada das operadoras da rede; viabilização de uma casa de passagem para mulheres em situação de violência; viabilização da Sala das Margaridas, na Polícia Civil ou em uma Delegacia Especializada da Mulher. Além disso, uma pesquisa realizada com as mulheres que passam por essa rede seria de muita importância para avaliar a sua efetividade.

Assim, para enfrentarmos a violência contra as mulheres, é mister agir em diversas frentes, como está previsto na Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. É fundamental fortalecer a comunicação entre os serviços, sejam os de atendimento, sejam os de enfrentamento. A universidade tem um papel fundamental, uma vez que tem como missão a construção e difusão do conhecimento, o comprometimento com a formação de sujeitas e sujeitos que contribuam com o desenvolvimento da sociedade, baseados em valores como a liberdade, o compromisso social, a ética, o respeito à identidade e à diversidade. Seguimos juntas, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

## Referências

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALEMANY, Carme. Assédio sexual. (25-30). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Orgs.). Dicionário Crítico do feminismo. São Paulo. Editora UNESP, 2009.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Sociedade e Estado, v. 29, nº. 2, p. 449- 469, 2014.
- BARTRA, Eli. Acerca de la investigación y la metodología feminista. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos. Coordinadoras. Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales. México: UNAM, 2012.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis F. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, [...] e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 07 ago. 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Assessoria de Comunicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011a. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy\\_of\\_acervo/outras-referencias/copy2\\_of\\_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres). Acesso em: jan. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília. [s.d.l.]. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>. Acesso em: jan. 2024.
- FALEIROS, Vicente de P. Estratégias em Serviço Social. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FLORES, Leticia B. Mapeando redes, diversificando olhares: construções e perspectivas sobre a rede de enfrentamento a violência contra a mulher em Santa Maria. 2019. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP; DATAFOLHA. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2ª. ed. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 23 out. 2023.
- GALVÃO, Patrícia. Dossiê violência contra as mulheres. [s. l.], 2016. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>. Acesso em: 23 out. 2023.
- GRAF, Norma B. Epistemologia feminista: temas centrais. p. 21-38. In: GRAF, Norma B.; PALACIOS, Fátima F.; EVERARDO, Maribel R. (Coord). Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología, 2012.
- GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HARDING, Sandra. Ciência e tecnologia no mundo pós-colonial e multicultural: Questões de gênero. Revista Labrys, nº. 3, jan.-jun. 2003.



IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da População – Edição 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso em: 12 Maio 2024.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MAITO, Deise C.; PANÚNCIO-PINTO, Maria P.; SEVERI, Fabiana C.; VIEIRA, Elisabeth M. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [on-line], v. 23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>. Acesso em: 23 out. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência e saúde [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/violencia-e-saude>. Acesso em: 23 out. 2023.

MIRIM, Liz A. Balanço do enfrentamento da violência contra a mulher na perspectiva da saúde mental. In: DINIZ, Simone G.; SILVEIRA, Lenira P.; MIRIM, Liz A. Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

OXFAM BRASIL. Oxford Committe for Famine Relief. A desigualdade de gênero, suas injustiças e desafios. 2021.

REPÚBLICA.ORG. República em dados. Rio de Janeiro, 10 ago. Disponível em: <https://republica.org/maioria-no-servico-publico-civil-mulheres-ganham-25-a-menos-que-homens/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Graphium Editora, 2015.

SANTOS, Joyce D. L. B.; SANTOS, Cristina V. M. dos. Considerações sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Revista Contexto & Saúde, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Editora Unijui, v. 20, nº. 40, p. 139-148, jul./dez. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 16, nº. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEGATTO, Rita. Contra-pedagogias de la crueldad. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

VARGAS, Daniela. Secretário de Segurança Pública afirma em audiência que priorizará solicitação de reabertura do Posto Médico-Legal. Grupo Chiru, Frederico Westphalen, 24 mai. 2022. Disponível em: <https://www.grupochiru.com/noticias/secretario-de-seguranca-publica-afirma-em-audiencia-que-priorizara-solicitacao-de-reabertura-do-posto-medico-legal/>. Acesso em: 09 jul. 2023.

---

### Glaucia da Rocha Tassinari

Possui graduação em Serviço Social (Universidade Franciscana, 2015); especialização na Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal (Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, 2018); mestrado profissional pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (UFSM). Atualmente, é assistente social na UFSM, campus Frederico Westphalen e chefe do Núcleo de Assistência Estudantil do campus. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Ciências Sociais Aplicadas/Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: política de assistência estudantil e violência de gênero contra as mulheres.

---

### Sheila Kocourek

Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 1997) e mestrado e doutorado em Serviço Social (2000 e 2006, respectivamente) pela mesma universidade. Atualmente é professora titular do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria/RS e exerce o cargo de Diretora do Centro de Ciências Sociais e Humanas da universidade. Os temas de pesquisa de interesse prioritário são políticas públicas de saúde (SUS), violência e promoção da saúde.

---

### Cristina Kologeski Fraga

Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998), mestrado e mestrado e doutorado em Serviço Social (2002 e 2005, respectivamente) pela mesma universidade. Realizou estágio pós-doutoral em Serviço Social pela Universidade de Coimbra/Portugal. É professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde atua como docente e pesquisadora. Atualmente é editora da Revista Sociais e Humanas (RSH) da UFSM, chefe do Departamento de Serviço Social e membro do Conselho Universitário (CONSU) da universidade. É responsável pela criação e coordenação do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social (NEPEVIS). Possui experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: violência, segurança pública, políticas públicas e formação profissional em Serviço Social.



**Endereços para correspondência****GLAUCIA DA ROCHA TASSINARI**

Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen

Rua Sete de Setembro, s/n

BR 386, Km 40, 98400-000

Frederico Westphalen, RS, Brasil

**SHEILA KOCOUREK**

Universidade Federal de Santa Maria, Cidade Universitária

Camobi, km 9, 97105-900

Santa Maria, RS, Brasil

**CRISTINA KOLOGESKI FRAGA**

Universidade Federal de Santa Maria, Cidade Universitária

Camobi, km 9, 97105-900

Santa Maria, RS, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Mais H Consultoria Linguística e submetidos para validação das autoras antes da publicação.*